



## **SENADO FEDERAL**

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 2007**

**(nº 2.074/2005, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.**

**Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DO BRASIL E O GOVERNO DA  
REPÚBLICA DE ANGOLA SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Angola  
(doravante denominados "Partes");

Animados do desejo de reforçar a cooperação judiciária em matéria penal;

Considerando que esta cooperação deve servir os interesses de uma boa administração da justiça e favorecer a reinserção social das pessoas condenadas;

Considerando que uma das formas de prosseguir tais objetivos consiste em proporcionar às pessoas que se encontrem privadas de liberdade em virtude de uma decisão judicial a possibilidade de cumprirem a pena no seu próprio meio social e familiar de origem;

Tendo presente que deve ser garantido o pleno respeito das pessoas condenadas decorrentes das normas e princípios universalmente reconhecidos;

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1º  
Definições

Para os fins do presente Acordo:

- a) "Condenação" significa qualquer pena ou medida privativa da liberdade imposta em virtude da prática de um fato ilícito;
- b) "Sentença" significa uma decisão judicial transitada em julgado;

- c) “Estado remetente” significa o Estado no qual foi condenada a *pessoa que pode ser ou já foi transferida*;
- d) “Estado recebedor” significa o Estado para o qual o condenado pode ser ou já foi transferido, a fim de cumprir a pena.

## ARTIGO 2º Princípios Gerais

1. As Partes comprometem-se a cooperar mutuamente, nas condições previstas no presente Acordo, com o objetivo de possibilitar a transferência de pessoas condenadas.
2. A transferência poderá ser pedida pelo Estado remetente ou pelo Estado recebedor, em qualquer dos casos a requerimento ou com consentimento expresso da pessoa condenada.
3. Na transferência, as Partes tomarão em consideração os fatores que contribuem para a reinserção social da pessoa condenada e as condições em que a pena poderá ser efetivamente cumprida.

## ARTIGO 3º Condições para a Transferência

1. Nos termos do presente Acordo, a transferência poderá ter lugar nas seguintes condições:
  - a) O condenado ser nacional do Estado recebedor;
  - b) A sentença ter transitado em julgado;
  - c) Se na data de recepção do pedido de transferência, a duração da pena que a pessoa condenada tem ainda de cumprir for ao menos igual a um ano;

- d) Se o condenado for menor ou incapacitado, e a legislação de uma das Partes o considere necessário, o seu representante deverá consentir na transferência, a qual se realizará obedecendo a legislação do Estado recebedor, somente quanto à aplicação da medida de segurança;
- e) Se os fatos que originaram a condenação constituírem também infração penal em face da lei do Estado recebedor;
- f) Se o Estado remetente e o Estado recebedor estiverem de acordo quanto à transferência.

2. Em casos excepcionais, as Partes podem acordar numa transferência, mesmo quando a duração da Condenação a cumprir seja inferior à prevista na alínea c) do nº 1 do presente artigo.

#### ARTIGO 4º

##### Obrigações de Fornecer Informações

1. Qualquer pessoa condenada ao qual o presente Acordo se possa aplicar deve ser informada do seu conteúdo pelo Estado remetente, sendo-lhe entregue o modelo de requerimento que se encontra em anexo ao presente Acordo, sendo também aceita uma carta de próprio punho da pessoa condenada.

2. Se a pessoa condenada exprimir, junto ao Estado remetente, o desejo de ser transferida ao abrigo do presente Acordo, este Estado deve informar ao Estado recebedor sobre esta solicitação o mais cedo possível, logo após a sentença ter transitado em julgado.

3. O pedido de transferência solicitado pelo Estado remetente deverá conter:

- a) A indicação da decisão do Estado Remetente quanto ao pedido formulado;

- b) Indicação do crime pelo qual a pessoa foi condenada, da duração da pena ou medida aplicada e do tempo já cumprido;
- c) Cópia da sentença condenatória com certidão de trânsito em julgado;
- d) Cópia das disposições legais aplicadas;
- e) Declaração da pessoa condenada contendo o seu consentimento em relação à transferência;
- f) Relatório médico sobre a pessoa condenada, quando for o caso, quaisquer informações sobre seu tratamento no Estado remetente ou recomendações para a continuação do seu tratamento no Estado recebedor;
- g) Outros elementos de interesse para a execução da pena.

4. As Partes poderão solicitar uma à outra informações que considerem necessárias.

5. Caso requeira, a pessoa condenada poderá ser informada por escrito de todas as diligências empreendidas por qualquer das Partes em conformidade com os números anteriores, bem como de qualquer decisão tomada relativamente a um pedido de transferência.

#### ARTIGO 5º

##### Denegação do Pedido de Transferência

1 A decisão de aceitar ou recusar a transferência será comunicada ao Estado que formular o pedido, no mais curto prazo possível.

2 O Estado que recusar a transferência dará conhecimento ao outro Estado dos motivos desta recusa.

ARTIGO 6º  
Autoridades Centrais

As Autoridades Centrais, para efeitos da aplicação do presente Acordo, são:

- a) Para a República Federativa do Brasil, o Ministério da Justiça;
- b) Para a República de Angola, o Ministério da Justiça.

ARTIGO 7º  
Consentimento e Verificação

1. O Estado remetente deverá assegurar que a pessoa cujo consentimento para a transferência seja necessário nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 3º presta-o voluntariamente e com plena consciência das consequências jurídicas daí decorrentes. O processo para a prestação de tal consentimento rege-se pela lei do Estado remetente.
2. O Estado remetente deverá facultar ao Estado recebedor a possibilidade de verificar, por intermédio de funcionário designado por mútuo acordo, se o consentimento foi dado nas condições referidas no número anterior.

ARTIGO 8º  
Transferência e seus Efeitos

1. Decidida a transferência, a pessoa condenada será entregue ao Estado onde deva cumprir a condenação em local acordado entre Partes.
2. Cumprida a condenação no Estado para o qual a pessoa foi transferida, o Estado remetente não poderá mais executá-la.

ARTIGO 9º  
Execução

1. A transferência de qualquer pessoa condenada apenas poderá ter lugar se a sentença for exequível no Estado para o qual a pessoa deva ser transferida.
2. O Estado recebedor não pode:

- a) Agravar, aumentar ou prolongar a pena ou a medida aplicada no Estado remetente, nem privar a pessoa condenada de qualquer direito para além do que resultar da sentença proferida no Estado remetente;
- b) Alterar a matéria de fato constante da sentença proferida no Estado remetente.

3. Na execução da pena, observar-se-ão a legislação e os procedimentos do Estado recebedor.

#### ARTIGO 10º Anistia, Perdão e Indulto

Somente o Estado remetente pode conceder, em conformidade com a respectiva legislação, a anistia, o perdão e o indulto.

#### ARTIGO 11 Revisão da Sentença

- 1. Apenas o Estado remetente tem o direito de decidir sobre qualquer recurso interposto para revisão da sentença.
- 2. A decisão será comunicada ao Estado recebedor, devendo este executar as modificações produzidas na condenação.

#### ARTIGO 12 Término da Execução

O Estado recebedor deve cessar a execução da condenação logo que seja informado pelo Estado remetente de qualquer decisão ou medida que tenha como efeito retirar da condenação o seu caráter executório.

ARTIGO 13  
Non Bis in Idem

O Estado para o qual a pessoa foi transferida não pode condená-la pelos mesmos fatos por que tiver sido condenada no Estado remetente.

ARTIGO 14  
Informações Relativas à Execução

O Estado receptor fornecerá informações ao Estado remetente relativamente à execução da condenação:

- a) Logo que considere terminada a execução da pena;
- b) Se o condenado se evadir antes de terminada a execução da pena;  
ou
- c) Se o Estado remetente lhe solicitar informação sobre o *cumprimento da pena, incluindo a liberdade condicional e a libertação da pessoa condenada.*

ARTIGO 15  
Despesas

*O Estado receptor será responsável pelas despesas resultantes da transferência a partir do momento em que tiver a seu cargo a pessoa condenada, não podendo, em caso algum, reclamar o reembolso das despesas.*

ARTIGO 16  
Aplicação no Tempo

O presente Acordo aplica-se à execução das condenações impostas antes ou depois da sua entrada em vigor.



**ARTIGO 17**  
**Solução de Controvérsias**

As controvérsias resultantes da aplicação deste Acordo deverão ser solucionadas pelas Autoridades Centrais das Partes, com recurso à via diplomática.

**ARTIGO 18**  
**Assinatura e Entrada em Vigor**

O presente Acordo será submetido a ratificação de acordo com o ordenamento jurídico de cada uma das partes e entrará em vigor trinta dias após a data em que as Partes tiverem trocado os instrumentos de ratificação.


**ARTIGO 19**  
**Conexão com Outras Convenções e Acordos**

Quando uma das Partes tenha já celebrado ou venha a celebrar um acordo, tratado ou convenção sobre a transferência de pessoas condenadas, poderá aplicar o referido acordo, tratado ou convenção, em vez do presente Acordo.

**ARTIGO 20**  
**Denúncia**

1. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação escrita, por via diplomática.
2. A denúncia produzirá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao termo do prazo de três meses após a data de recepção da notificação.
3. Não obstante, o presente Acordo continuará a aplicar-se à execução das condenações de pessoas transferidas ao seu abrigo e aos processos já iniciados.

Feito em Brasília, aos 3 dias do mês de maio de 2005, em dois originais na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

---

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
EMBAIXADORA VERA PEDROSA  
Subsecretária Política do Ministério  
das Relações Exteriores

---

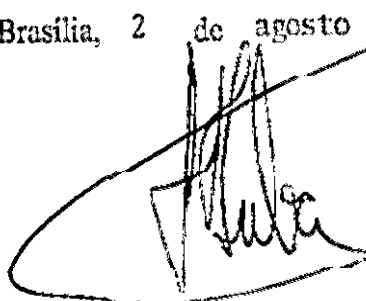
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DE ANGOLA  
JOAQUIM DOS REIS JUNIOR  
Secretário do Conselho de Ministros  
da República de Angola

### **MENSAGEM Nº 517, DE 2005.**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Brasília, 2 de agosto de 2005.



Brasília, em 21 de julho de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, em Brasília, no dia 3 de maio de 2005.

2. Com o propósito de facilitar a reinserção social de seus nacionais em cárcere no exterior, os Estados contratantes estabelecem, no mencionado instrumento, os procedimentos que viabilizam o cumprimento, pelo condenado, do tempo remanescente de sua pena no respectivo país de origem. A exeqüibilidade do cumprimento, no Estado recebedor, da pena imposta no Estado remetente é condição fundamental para a realização do processo de transferência de presos.

3. A exemplo de instrumentos bilaterais análogos celebrados pelo Brasil com outros países (Canadá, Espanha, Chile, Argentina, Reino Unido, Bolívia e Paraguai), o texto reafirma a jurisdição exclusiva do Estado remetente sobre a sentença proferida por seus

Tribunais. Da mesma forma, são reservadas ao Estado remetente as prerrogativas de indulto, anistia ou comutação da pena imposta. Restringe-se a aplicação da legislação do Estado recebedor ao cumprimento da sentença, inclusive no tocante a eventuais medidas de livramento condicional e progressão do regime carcerário.

4. Destaque-se, por fim, que o presente Acordo possui caráter humanitário, pois objetiva propiciar ao sentenciado a desejável proximidade com seu ambiente sócio-cultural e, quando for o caso, com a sua família, fator que favorece sua reabilitação e reinserção social.

5. O Ministério da Justiça acompanhou as negociações do mencionado Acordo e aprovou seu texto final.

6. Com vistas a seu encaminhamento à apreciação do Congresso Nacional, submeto à consideração de Vossa Excelência projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim*

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### Constituição da República Federativa do Brasil 1988

---

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 12/7/2007.